

CHANCELARIAS RÉGIAS QUATROCENTISTAS PORTUGUESAS: PRODUÇÃO MANUSCRITA E APROXIMAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA*

Judite Antonieta Gonçalves de Freitas
Professora Associada
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UFP
jfreitas@ufp.edu.pt

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO: FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de - Chancelarias régias quatrocentistas portuguesas : produção manuscrita e aproximação político-diplomática. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502. 6 (2009) 136-150.

RESUMO

O nosso objectivo é o de proceder a uma análise das características dos registos da Chancelaria Régia Quatrocentista comparando os dois principais tipos de repositórios: os *registos primitivos* e os *registos reformados* provenientes da reorganização efectuada por Gomes Eanes de Zurara (1410-1473), Guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo, nas décadas de 50, 60 e 70 do século XV. Procederemos a uma análise global das práticas de registo e da actividade de produção diplomática dos principais órgãos da governação representados na Chancelaria régia.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivos Régios Medievais; arquivos do Estado; chancelarias régias; organização manuscrita; registos primitivos e registos reformados; Idade Média Final.

ABSTRACT

The subject of this text is making an analysis of the development and characteristics of the records of the Portuguese Royal Chanceries in the 15th century comparing the most important types of records: the *original records* and *repaired records* from the reorganization produced by Gomes Eanes de Zurara (1410-1473), Guarda-mor's Archive Torre do Tombo in the decades of 50, 60 and 70 of the 15th century. We will examine the practice of registration and the diplomatic production of the main sectors of the royal bureaucracy and administration represented in the royal chancery records.

KEYWORDS

Medieval Archives, Royal Chancery, State Archives and records administration, original records and repaired records, Final Middle Age

* Este texto foi apresentado ao Colóquio Internacional *Escrita e Poder. As Chancelarias Peninsulares (séculos XIII – XV)*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 15 e 16 de Janeiro de 2009, sob o patrocínio do CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / FCT).

INTRODUÇÃO

A nossa exposição procurará salientar os principais aspectos que caracterizam os arquivos da Chancelaria régia medieval portuguesa, mormente nos reinados de D. João I (1385-1433), D. Duarte (1433-1438) e D. Afonso V (1439-1481), considerando três principais vertentes:

1) Produção e organização manuscrita - através da qual procuraremos sintetizar as características do arquivo da Chancelaria enquanto órgão da governação e respectivo funcionamento, examinando as formas de apresentação dos registos, a rotina dos serviços da Chancelaria, substanciados na qualidade, estrutura e composição dos registos em cadernos e livros.

2) Práticas de registo e produção diplomática dos órgãos decisores - procedendo ao lançamento de algumas questões relativas ao processo de registo e às rotinas de funcionamento da Chancelaria régia na sua relação com a actividade de produção diplomática por sectores da burocracia régia.

3) A prosopografia dos órgãos decisores - uma das mais profícuas vertentes de abordagem dos registos das Chancelarias régias, particularmente desenvolvida desde meados dos anos 80 até à actualidade (Homem, 1991). Esta última vertente de pesquisa e análise das chancelarias régias procede ao estabelecimento da relação entre escrita, poder e sociedades políticas (os profissionais da redacção e escrita dos actos). Estes estudos partem da construção de bases de dados prosopográficas (Homem e Freitas, 2001).

Com efeito, neste texto, daremos maior ênfase à abordagem das duas primeiras vertentes, tanto mais que sobre o último ângulo de análise tivemos oportunidade de nos debruçarmos em diferentes ocasiões (Freitas, 1996 e 2001).

A Chancelaria é sede da governação, constituindo-se como o principal órgão da administração central, tanto em recursos humanos como em meios especializados na produção, organização e guarda dos documentos régios. A natureza da actividade desenvolvida por este órgão central condiciona o seu funcionamento, o comportamento dos agentes que nele trabalham, o processo e resolução das petições chegadas à Corte, matéria do âmbito da actividade dos oficiais afectos ao despacho e escrita de diplomas pela Chancelaria régia.

Neste contexto, podemos dizer que a Chancelaria desempenha uma função administrativa porque nela se reflecte a actividade de boa parte dos serviços da administração régia Quatrocentista, e uma função política porque evidencia a dinâmica da governação do príncipe. A classificação diplomática dos actos registados nos livros da Chancelaria permite uma análise das atribuições dos ofícios régios, mas também permite ver quais os domínios privilegiados pela intervenção do Estado, v.g. Justiça, Fazenda, Graça e Administração geral. Os documentos da Chancelaria régia constituem um dos elementos-chave para o estudo da política do príncipe (Homem, 1991; Freitas, 2001).

Neste contexto, iremos proceder a algumas considerações sobre a actividade de produção e organização do principal arquivo da administração régia, salientando as principais características da documentação régia produzida e guardada nas Chancelarias Quatrocentistas Portuguesas.

1. PRODUÇÃO MANUSCRITA, PRÁTICAS DE REGISTO E APROXIMAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA

As Chancelarias Quatrocentistas são maioritariamente compostas por *registos primitivos* (D. Afonso V, 1439-1481 e D. João II, 1481-1495), no entanto, para os dois primeiros reinados da centúria (os reinados de D. João I, 1385-1433 e de D. Duarte, 1433-1438) encontramos livros de registo resultantes da Reforma de Gomes Eanes de Zurara (Saraiva, 1985) executada nos anos 50, 60 e 70 – os designados *registos reformados* -, circunstância que nos levará a tecer algumas observações comparativas entre os dois tipos de registos quanto à composição, época de produção, apresentação e organização manuscrita.

1.1. A CHANCELARIA DE D. DUARTE: REGISTOS PRIMITIVOS E REFORMADOS

As Chancelarias de D. João I e de D. Duarte foram, à semelhança de outras chancelarias antecedentes (de D. Dinis, D. Pedro e D. Fernando), objecto de reorganização e actualização, nas décadas de 50, 60 e 70, por ordem de D. Afonso V, organização levada a cabo Gomes Eanes de Zurara, Guarda-mor da Torre do Tombo, conforme adiantamos.

O processo de arquivo - recepção, registo, tratamento e guarda - dos documentos nos registos reformados é essencialmente diverso do processo de registo em livros primitivos. Nos anos 50 do século XV, a reforma dos arquivos da Chancelaria justificava-se pois *“muitos livros dos registos dos reis pasados onde seus naturaaes faziam grandes despesas buscamdo algumas cousas que lhes compriam por razam da grande prelegidade [sic] de scripturas que se nos ditos registos continham sem proveyto. Mandou que se tirassem em este livro aquellas que sustanciaaes fossem pera perpetua memoria”*¹. Por conseguinte, quanto aos registos reformados temos que admitir como verosímil a cópia de diplomas para novos livros dos actos de composição definitiva, extraídos dos livros de registo primitivos. Os documentos trasladados para os livros compostos a partir da década de 50 foram submetidos a uma «nova» selecção, com o intuito, segundo as palavras do compilador, de garantir a conservação e assegurar uma mais rápida leitura e consulta dos diplomas, eliminando os documentos considerados supérfluos e/ou as componentes dos documentos igualmente consideradas escusadas.

No livro primeiro da Chancelaria de D. Duarte², um registo reformado, a documentação não foi copiada por ordem cronológica e topográfica, muito embora uma maioria dos documentos registados seja relativa ao período de 1433 a 1436. O conjunto dos três livros da Chancelaria deste monarca revela uma grande desproporcionalidade da documentação coligida e compilada por ano e por livro. O quadro seguinte apresenta a distribuição do total de diplomas dos três livros por ano.

¹ IANTT, *Chancelaria D. Duarte*, L. I, fl. 1.

² *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. I, ed. João José Alves Dias; Centro de Estudos Históricos da UNL, Lisboa, 1998.

Quadro I – Distribuição do total de cartas da Chancelaria de D. Duarte (Livros I, II e III)

Anos	Total dos registos	Registos 'completos'	Registos em ementa
1433	459	125	334
1434	409	262	147
1435	620	446	174
1436	308	126	182
1437	149	80	69
1438	69	35	34

O II livro é um original da *Casa dos Contos*³, com registos de paginação diferentes e folhas em falta resultantes de diversas e sucessivas encadernações ao longo do tempo. Compreende um total de 50 fólhos, sendo apenas 20 destes preenchidos por registos do reinado de D. Duarte. O III livro é o resultado de uma compilação de folhas soltas “e que se achavão dispersas entre outros documentos de que não havia lembrança nem memória nos índices”⁴, a encadernação é bastante posterior, data de 1814⁵. Trata-se de um registo apócrifo.

Para o ano de 1433 – de um total de 459 registos, 334 surgem em ementa⁶ (72.76 % do total) e apenas 125 são registos aproveitáveis (37.42% do total). Nos registos relativos ao ano seguinte (1434), compreendidos no mesmo livro (L. I), parece haver uma inversão da tendência inicial do reinado: de um total de 409 registos, uma maioria surge registada de forma aproveitável ou completa 262 (64.05% do total) e apenas 147 surgem em ementa (35.94% do total). Ao que tudo indica o conteúdo e a importância de um acto ditaram a escolha da forma de registo tanto nos registos reformados como nos registos originais, conforme veremos. Efectivamente os registos integrais de cartas de doação e de privilégios outorgados pelo monarca são mais frequentes nos anos iniciais do reinado, já as confirmações destes e de outros tipos de actos surgem o mais das vezes sob a forma de ementa, como se dispensassem o registo completo. As cópias de verbo a verbo são minoritárias nos registos reformados⁷.

Com o intuito de verificarmos quais os tipos diplomáticos maioritariamente submetidos a um registo sumário nos registos reformados de D. Duarte, procedemos ao levantamento e classificação diplomática sistemáticos das ementas do I livro da Chancelaria de D. Duarte e daí resultou o quadro que de seguida apresentamos:

³ *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. II, ed. João José Alves Dias; Centro de Estudos Históricos da UNL, Lisboa, 2000.

⁴ *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. III, ed. João José Alves Dias; Centro de Estudos Históricos da UNL, Lisboa, 2002, p. 9.

⁵ *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. III, ed. João José Alves Dias; Centro de Estudos Históricos da UNL, Lisboa, 2002, p. 7.

⁶ Ementa é um termo que deriva do latim «apontamento», «ideia principal», «registo escrito»; ou seja remete para um texto sumariado ou reduzido aos pontos essenciais. Na Idade Média era costume trasladar resumidamente os documentos oficiais com protocolos semelhantes (Marques, 1985, pp. 362-363).

⁷ Para a Chancelaria de D. João I, verificamos uma situação semelhante à que decorre no livro I, reformado, da Chancelaria de D. Duarte, com valores médios de registos em ementa que rondam os 60% a 70% dos documentos registados por livro.

Quadro II – Distribuição tipológica dos registos em ementa e ‘completos’ da Chancelaria de D. Duarte (1433-1438)

Registos em ementa não aproveitáveis		
	Totais	%
Tipos diplomáticos		
Privilégios em geral (e confirmações de)	389	39.69
Aforamentos e Emprazamentos (e confirmação de)	341	34.79
Legitimações	164	16.73
Doações de bens e direitos	75	7.65
Apresentação de clérigos a igrejas do padroado régio	3	0.3
Defesa e regulamentação de encargos militares	2	0.2
Diversos	6	0.61
Total	980	99.98

Registos completos aproveitáveis		
Privilégios em geral	281	20.49
Provimientos de ofícios	206	18.96
Doações de bens e direitos	215	15.68
Perdão	94	6.85
Defesa e regulamentação de encargos militares	87	6.34
Regulamentação do direito de pousada	63	4.59
Aforamentos (e confirmações de)	62	4.52
Doações, comportando exercício de jurisdições	37	2.69
Coutadas (28), Legitimações (28), Aposentação (18), Fiscalidade (11) e outros tipos documentais com valores abaixo dos 30 diplomas	_____	_____
Total	1371	99.98

Nos três livros da Chancelaria deste monarca o total de actos registados é de 2351. Com a reforma de G. Eanes de Zurara, foram objecto de registo sumário 980 dos diplomas (cerca de 72% do total da chancelaria deste monarca), impedindo-nos de identificar os oficiais redactores e escrivães, e consequentemente definir a actividade de produção dos distintos sectores político-administrativos (Fazenda, Justiça, Graça e Administração geral). De igual modo, a omissão, nas ementas dos registos reformados, da identidade dos responsáveis pela redacção e escrituração dos documentos coloca em causa o estabelecimento do corpo social de burocratas, os índices absolutos da produção individual dos oficiais do Desembargo e o conhecimento cabal dos itinerários respectivos.

Pensamos que o conteúdo e a importância do acto, de acordo com os critérios mais valorizados pelo compilador, ditaram a escolha da fórmula de registo dos diferentes tipos de diplomas. Uma ideia que ressalta dos registos reformados é de que nem todos os actos podem ser copiados integralmente sob pena de entorpecer e tornar inútil o processo de reorganização dos arquivos da Chancelaria. Por isso mesmo, consideramos que não podemos nem devemos olhar para os critérios de selecção e organização da documentação medieval e moderna segundo os paradigmas da actual arquivística.

As análises comparativas que efectuámos permitem-nos concluir que determinadas espécies documentais foram objecto de um procedimento intencional que implicou o registo em ementa, crendo-se ao tempo que esta regra seria suficiente e útil. Pensamos que o reformador considerou o facto de os documentos compilados servirem apenas para uso privado

dos serviços da Chancelaria, dá a forma abreviada de registo. Em alguns dos registos reformados vemos assinalada, numa das duas margens do resumo do documento (ou ementa) escrito, a expressão: "*Por extenso no original, no livro x, fólho y*", chamando a atenção para a existência de registos integrais nos livros originais que entretanto desapareceram.

Por conseguinte, nos registos que foram objecto de reorganização a margem de manobra de assento é muito dilatada. Existem registos que cumprem todas as componentes diplomáticas (protocolo inicial, texto e protocolo final) ocupando um ou mais fólhos e outros que se resumem a duas linhas, suprimindo a parte expositiva e abreviando a parte dispositiva do texto. Mesmo para os documentos sumariados, as fórmulas lacónicas variam muito. Regra geral, resumem-se a uma palavra-chave, v.g. "legitimação", "aforou", "confirmação de privilegio", circunstância que permite apenas a classificação diplomática por assunto e a identificação do destinatário. Os privilégios em geral são dos tipos mais lacónicos, resumindo-se à palavra-chave: "Privilegio ao concelho de..." e as legitimações seguem-lhe o exemplo, resumindo-se a uma palavra-chave: "Outra tal legitimação" e à identificação do legitimado e dos progenitores. Nos aforamentos e emprazamentos as cópias de verbo a verbo são minoritárias, contudo o texto trasladado é sempre mais pormenorizado, incluindo menção aos foros ou prazos e condições respectivas do contrato com os respectivos foreiros⁸.

Nos registos completos de diferentes tipos diplomáticos e nas ementas dos contratos de aforamento e de emprazamento o escriba assinala os textos fazendo-os acompanhar de um sumário à cabeça dos actos registados que facilita a identificação pelos futuros utilizadores dos livros, do tipo de diploma e dos destinatários, sinal de que aquele servia de anotação para os oficiais da administração régia.

Considerando o total relativo dos tipos diplomáticos registados nos três livros da Chancelaria podemos concluir que os sectores de actividade privilegiada pelo Desembargo eduardino foram designadamente: Graça, Fazenda e Justiça, por esta ordem (Freitas, 1996).

Para além das falhas identificadas, podemos ainda acrescentar que existem erros de datação, actos deixados inacabados sem que se explique o motivo, e cópias duplas.

Este conjunto de problemas relativos aos registos reformados colocam-se de igual forma ao estudioso da Chancelaria de D. João I à qual não nos referimos especificamente.

1.2. A CHANCELARIA DE D. AFONSO V: CARACTERÍSTICAS DOS REGISTOS PRIMITIVOS

O Arquivo da Chancelaria de D. Afonso V, composto por 38 registos primitivos para 42 anos de reinado, suscita-nos, de igual modo, um conjunto de reflexões. Ao longo do reinado um número avultado de escribas (trezentos e quinze) levou a cabo, em letra gótica cursiva, recorrendo a numerosas abreviaturas, o registo de trinta e sete tipos de diploma diferentes,

⁸ No que respeita aos documentos registados de forma integral (dos três principais tipos identificados) verificamos que uma maioria alargada do despacho dos privilégios em geral competiu ao monarca e aos Desembargadores do Paço, quanto aos aforamentos e emprazamentos foram, regra geral, expedidos pelos Vedores da Fazenda, indo de encontro ao determinado pelas leis em vigor (*Ordenações Afonsinas*, LI, tits. III e IV, pp. 23-25 e 26-36).

sem qualquer organização diplomática previamente estabelecida (Freitas, 2001, pp. 48 e ss). Do mesmo modo, não existe especialização diplomática por livros de registo, ou seja, num mesmo livro levantámos uma diversidade de tipos diplomáticos da responsabilidade de diferentes sectores da governação, muito embora se note um aumento da especialização da actividade de produção, tratamento e guarda do órgão da Chancelaria em matérias de graça e administração geral, tendo passado para os registos dos Tribunais Superiores do Cível e da Suplicação o grosso dos diplomas de pendor judicial (Duarte, 1999), bem como para os Contos régios os diplomas de finanças, em resultado do desenvolvimento e especialização das instituições monárquicas, com a consequente descentralização em departamentos autónomos de registo (v.g. as chancelarias dos Tribunais Superiores e da Casa dos contos) afectos ao expediente do respectivo corpo de oficiais redactores.

Antes de avançarmos veja-se o quadro subsequente que apresenta a distribuição por anos do número de livros e o total de fólios da Chancelaria de D. Afonso V, entre 1439 e 1460.

Quadro III – Composição dos livros da Chancelaria de D. Afonso V (1439-1460)

Anos	Livros	Total de fólios
1439	18 e 19	114 + 107 = 221
1440	20	164
1441	2	124
1442	23	117
1443	27	156
1444	24	100
1445	25	97
1446	5	104
1447 a 1449	Desaparecidos	Fólios e cadernos cozidos noutros livros
1450	34	217
1451	11	157
1452	3, 4 e 12	1452
1453	3 e 4	88 + 74 = 162
1454	10	135
1555	15	175
1556	13	182
1457	Desaparecido	Fólios e cadernos cozidos noutros livros
1458	Desaparecido	Fólios e cadernos cozidos noutros livros
1459	36	253

De acordo com a organização dos registos primitivos, a documentação, regra geral, é coligida por ordem cronológica anual (Coelho e Homem, 1995), se bem que tenhamos encontrado livros que cobrem um biénio (L. III – 1452/53; L. IV - 1452-1453 e L. V – 1445-1446), assim como há anos em que detectamos uma compartimentação da actividade de produção de arquivo em dois registos primitivos, v.g. o ano de 1439, Ls. XVIII e XIX.

Para além do mais, há anos para os quais não existem registos próprios (anos de 1447, 1448, 1449, 1457, 1458 e 1460), embora tenhamos levantado documentos expedidos nesses anos disseminados por registos de diferentes anos. Por exemplo, para o ano de 1449, encon-

tramos diferentes registos completando alguns fólhos nos livros XXXIV, XV e XI, para além de termos ‘descoberto’ documentos daquele ano disseminados por sete livros diferentes (Freitas, 2001, pp. 33-37). De outro lado, surgem com relativa frequência livros que tendo sido consignados a um ano incluem fragmentos, cadernos e fólhos, de anos diversos: 1450, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 59.

Existem igualmente fólhos de registos que contém actos relativos a momentos de expedição diferentes, mas também se distinguem os cadernos de pergaminho devidamente identificados pela anotação em portada de “*Caderno dos registos começados em Évora a xv dias de Dezembro de 1462*”⁹.

Deste modo, podemos dizer que o processo de compilação e conservação dos documentos nos arquivos primitivos das Chancelarias Quatrocentistas é o resultado da actividade de registo diplomático em fólhos ou cadernos de pergaminho avulsos posteriormente organizados e concertados numa sequência que procura respeitar a ordem anual e dentro desta a mensal (Homem, Duarte e Mota, 1991). A título exemplificativo, o Quadro IV representa a estrutura e composição do livro XII, que contém registos do ano 1452, onde podemos constatar uma disposição dos cadernos sequencial (Janeiro a Dezembro), muito embora se registre a abertura de dois cadernos para o mês de Abril que, de maneira cuidada, foram cosidos de forma contígua¹⁰. A atribuição da numeração foi consumada posteriormente, em árabe.

Quadro IV – Estrutura do Livro 12 (ano de 1452)

Cadernos/Fólhos	Identificação dos cadernos: local, dia e mês
1 – 8 v.	Caderno começado a (...) dias de Janeiro
9 – 24 v.	Caderno começado em Lisboa a 7 de Fevereiro
25 – 40v.	Caderno começado em Évora a 7 de Março
41 – 48v.	Caderno começado em Évora a 15 de Abril
49 – 56v.	Caderno começado em Évora a 18 de Abril
57 – 71v.	Caderno começado em Évora a 1de Maio
72 – 95v.	Caderno começado em Évora a 25 de Maio
96 – 103v.	Caderno começado em Évora a 7 de Junho
104 – 111v.	Caderno começado em Tentúgal a 10 de Setembro
112 – 119v.	Caderno começado em Coimbra a 4 de Outubro
120 – 135v.	Caderno começado em Évora a 22 de Novembro
136 – 143v.	Caderno começado em Lisboa a [18] de Dezembro
IANTT, Chancelaria de D. Afonso V, L. 12, 143 fólhos	

⁹ IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. III, fl. 128.

¹⁰ Não dispomos de dados que nos permitam afirmar que todos os cadernos e fólhos que respeitam aos livros de registo primitivos das Chancelarias régias medievais são o resultado de uma organização levada a cabo pelos oficiais da Chancelaria régia nos tempos subsequentes à elaboração e consumação dos cadernos e fólhos (séculos XV, no caso pendente). Por vicissitudes da História, o fundo documental da Chancelaria Régia sofreu várias intervenções posteriores a que subjazem critérios diversos de classificação e disciplina arquivística.

Conforme podemos verificar os cadernos contendo os registos primitivos relativos ao ano 1452 foram dispostos por ordem mensal, se bem que num mesmo fólio encontremos documentos expedidos de locais e de dias diferentes. O número médio de fólios por caderno é de dez a doze, garantindo um formato manuseável e de fácil transporte nas numerosas viagens da Corte de terra em terra.

Não obstante se tratar de registos primitivos reportáveis ao arquivo original da Chancelaria é manifestamente avultado o número de actos exarados nos livros sob a forma de ementa (sumariados). Os escrivães procederam a um resumo do documento que fora outorgado ao peticionário contendo, supomos, as disposições diplomáticas necessárias. Nos registos primitivos, a resolução dada em despacho da petição com a produção escrita do documento entregue ao requerente seguia, regra geral, para o registo no arquivo da Chancelaria, dirigido pelo Chanceler-mor. No entanto, devemos adiantar que o registo em livro poderia levar alguns meses, tal como tivemos ocasião de confirmar, num registo original da carta de provimento ao ofício de escrivão da câmara de Alfama concedida a Gil Anes a 18 de Julho de 1964 em Lisboa, que se faz acompanhar de uma nota à margem que diz o seguinte: *“concertada com a dicta carta per mim Joham d’Almeida que a registei com Fernão Alverez escrivão dos contos do dicto senhor a qual foi registada e apresentada aos XVII dias do mês de Outubro em os dictos contos perante Álvaro Vaz da Torre que ao passe continha carrego per Paio Rodriguez, contador mor da sobredicta casa”*¹¹. Cerca de três meses separa a escrita e despacho da petição do registo em livro.

O número e a qualidade dos documentos registados em ementa nos livros primitivos são igualmente expressivos. As ementas dos registos primitivos surgem de forma consecutiva, podendo um fólio conter mais de três dezenas de ementas. Neste caso o registo sumário segue-se à cópia integral de um documento. A ementa é composta por uma palavra ou expressão chave: “Item outra tal de Fulano provido ao ofício de”, “Outra tal de perdão”, “Carta de contrato”, actualizando, se necessário for, os elementos protocolares finais: local, dia, mês, redactor, escriba e data.

Do ponto de vista da avaliação da actividade de despacho, a classificação diplomática e a quantificação das ementas dos registos primitivos é relevante, tanto mais que não coloca em causa a avaliação da actividade dos diferentes sectores da administração régia relacionados com a Chancelaria régia propriamente dita.

Vejamos então quais são os tipos diplomáticos maioritariamente sumariados nos registos primitivos. Para o período que vai de 1439 a 1460 compulsamos 6.628 ementas, 34% do total, num conjunto de 19.483 actos levantado.

¹¹ IANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, L. 37, fl. 24.

Quadro V – Distribuição tipológica dos registos em ementa e ‘completos’ da Chancelaria de D. Afonso V (1439-1460)

Registos em ementa aproveitáveis		
	Totais	%
Tipos diplomáticos		
Provimientos de ofícios	2947	52.27
Privilégios em geral	1018	31.39
Aposentação	630	53.98
Perdão	531	12.62
Defesa e regulamentação de encargos militares	437	41.97
Cartas de contrato	221	93.24
Perdões de ‘infâmia’	189	87.90
Doações de bens e direitos	74	4.64
Cartas de estalajadeiro (42); Cartas de esmoler (13); cartas de tabelião (13) e outros tipos diplomáticos abaixo dos 10 exemplares.	-----	-----
Total	6,628	34.01

Registos completos aproveitáveis		
	Totais	%
Tipos diplomáticos		
Provimientos de ofício	3246	57.58
Perdões	3675	87.37
Doações de bens e direitos	1518	95.35
Aposentação	537	46.05
Defesa e regulamentação de encargos militares	604	58.02
Regulamentações do direito de pousada	361	97.56
Apresentação de clérigos a igrejas do padroado régio	214	96.26
Privilégios, comportando escusa de determinações gerais	189	97.88
Aforamentos	142	96.59
Quitações	100	96
Legitimações	80	15.87
Perdões de ‘infâmia’	26	12.09
Carta de tabelião (20); Cartas de esmoler (18) e outros tipos diplomáticos abaixo dos 10 exemplares	-----	-----
Total	12,855	65.98

Nos registos de Chancelaria primitivos por regra procede-se à cópia integral dos documentos despachados. Os tipos de diplomas maioritariamente registados de forma sumária são os provimimentos de ofícios, os privilégios em geral, as aposentações e os perdões a que se seguem outros tipos com menor expressão quantitativa. Ou seja, nos registos primitivos, ainda que tenhamos verificado algumas falhas, elas não colocam em causa a qualidade dos registos nem um certo cunho de exaustividade de arquivo, tudo indiciando uma chancelaria organizada e disciplinada, com rotinas e procedimentos definidos. É evidente que, de acordo com os critérios actuais, os processos de arquivo salientam as fragilidades da administração central medieva e a sua enorme sensibilidade a fenómenos conjunturais, nomeadamente durante as difíceis conjunturas políticas de 1438-40 e de 1446-1449, a que tivemos oportunidade de nos referir em detalhe noutros estudos (Freitas, 2001, pp. 241-247).

2. ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE E PRÁTICAS DE REGISTO PATENTEADOS NAS CHANCELARIAS QUATROCENTISTAS

No que respeita o estudo comparativo dos hábitos e rotinas dos serviços das Chancelarias de D. Duarte e de D. Afonso V, num exame mais detalhado verificamos que há anos e meses de maior produção e expedição de documentos do que outros. Os anos de maior produção de documentos para ambos os reinados são os três anos iniciais do reinado de D. Duarte (1433-1435) e de governo directo de D. Afonso V (1450-1452). De igual modo, os tempos iniciais de co-regência de D. Leonor com o Infante D. Pedro (1438-1439) e de regência *in solidum* do Infante D. Pedro (1440) são de maior produtividade se comparados com os tempos imediatamente posteriores. Este facto é explicável pelo número acentuado de confirmações de privilégios e outras imunidades em inícios de governação pelos distintos chefes políticos (cfr. Quadro III). A produtividade dos serviços das Chancelarias de D. Duarte e de D. Afonso V aumenta nos meses de Março a Julho, atingindo valores que ultrapassam os mil registos mês, mormente na Chancelaria de D. Afonso V (Freitas, 2006, pp. 497-511), iniciando-se uma quebra no mês de Agosto que se prolonga até aos meses iniciais do ano. Os meses de Janeiro e Fevereiro garantem valores médios de produção de oitocentos registos /mês.

Outro conjunto de diferenças deve assinalar-se numa comparação entre os registos reformados e os registos primitivos. O valor médio de documentos nos livros reformados de D. Duarte é de 470 registos/ano. O valor médio de documentos nos registos originais é de 970 registos/ano. O valor médio de dias de funcionamento dos serviços de expedição de diplomas da Chancelaria de D. Afonso V é de 287 dias por ano, o valor médio de dias de funcionamento da chancelaria de D. Duarte é bastante inferior mas entendemos não dever considerá-lo para efeitos comparativos, pois uma larga fatia dos registos surge em ementa onde faltam os elementos cronológico e topográfico do escatocolo (Freitas, 1996; Duarte, 1988). O valor médio geral de actos emitidos por dia é de 2,7 para a Chancelaria de D. Afonso V e de 1,1 actos por dia pelos serviços da Chancelaria de D. Duarte (considerando os documentos completos e em ementa).

O volume destes índices aumenta a todos os níveis desde inícios do reinado de D. João II (Mota, 1989). A Chancelaria de D. João II aponta para um valor médio que se situa entre os 2000 e os 3000 documentos/ano. Aumento esmagador da produção e conservação de documentos no arquivo da Chancelaria régia, acompanhado de uma maior especialização diplomática e burocrática.

De igual modo, detectamos algumas diferenças no tipo de anotações à margem dos documentos. Frequentemente os registos originais fazem-se acompanhar de um sumário prévio, e na margem esquerda dos documentos surge com frequência a identificação do petionário efectuada pelo escriba ou pelo oficial encarregado de conferir o registo. Este parece-nos um detalhe bastante importante pois indicia uma preocupação de tratamento da documentação registada que proporcione facilidade de consulta pelos oficiais da Chancelaria e outros oficiais régios e, conseqüentemente, uma organização metódica que reverte a favor de uma maior eficácia dos serviços do principal arquivo da administração central do Estado.

BALANÇO FINAL

Os registos da Chancelaria, primitivos ou reformados, constituíram, não obstante as fragilidades apontadas, fontes insubstituíveis para os estudos realizados (Almeida, 1996; Borlido, 1996;

Monteiro, 1997; Henriques, 2001; Vaz, 1995 *et al.*) sobre a actividade política e diplomática das elites burocráticas (subscritores e escrivães) da Idade Média Portuguesa, nos séculos XIV e XV.

O estudo comparativo das Chancelarias de D. Duarte e de D. Afonso V fez ressaltar distintos aspectos a ter em conta na análise dos *registos reformados* e nos *registos primitivos* das Chancelarias régias portuguesas. A Chancelaria eduardina, ou aquilo que dela até nós chegou, é heterogénea no que respeita ao carácter e proveniência dos três livros que a compõem, bem como quanto às formas de produção e organização manuscrita levantando problemas ao investigador, que em parte podem ser colmatados com a compulsa dos documentos originais avulsos e com a concatenação de outra documentação coeva.

O número de actos com formulação lacónica é muito mais frequente nos registos reformados do que nos registos primitivos. De igual modo, o registo sumário dos documentos nos livros primitivos e nos reformados é executado de forma diferente. A maioria dos registos originais são cópias de verbo a verbo ou mais completas, contendo a *intitulatio* (abreviada), o endereço, a exposição e a parte dispositiva, para além dos elementos do protocolo final das cartas régias: identificação do(s) responsável(eis) pela subscrição e escrita das cartas, elementos topográfico e cronológicos.

Os registos primitivos copiam na íntegra o protocolo final dos actos, circunstância que permite proceder à distribuição dos diplomas pelos oficiais da burocracia régia. Os registos reformados apresentam uma formulação muito lacónica que evita a escrita completa do protocolo final dos actos o que impede o reconhecimento do(s) redactor(es) incumbidos do respectivo despacho e do escriba do acto, assim como, em alguns diplomas, verifica-se a omissão da data de produção e expedição. Deste modo, a Chancelaria de D. Afonso V, no que respeita aos aspectos formais, dá-nos indícios de um funcionamento de rotina instituído por meio de práticas arquivísticas tendencialmente sistemáticas, quer nos procedimentos burocráticos, quer nos aspectos relativos à organização dos registos, a cargo do Chanceler-mor, quer ainda pela ordenação dos registos em cadernos e fólios identificados. Não obstante as falhas pontuais que tivemos oportunidade de realçar, detecta-se uma maior regularidade na distribuição dos registos por cadernos mensais e livros anuais. Isto não impede a existência de negligências mais ou menos graves a que fizemos referência, designadamente a fragmentação dos registos de um mesmo mês e/ou ano em diferentes cadernos e livros. Esta arrumação em livro dos registos executados originalmente em fólios e/ou cadernos avulsos foi, nalguns casos, executada, em tempos muito posteriores, seguindo critérios de arquivo que servem os objectivos do respectivo compilador. Constatadas a incidência e a qualidade das falhas e demais omissões pensamos que para o caso dos registos primitivos, e atendendo aos exemplos de organização arquivística da época ou à imperfeição de alguns deles, não está em causa a qualidade dos registos e o carácter de superior exaustividade dos registos primitivos Quatrocentistas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Instituto de Arquivos Nacionais - Torre do Tombo
Chancelaria de D. João I, Livros I a V.
Chancelaria de D. Duarte, Livros I a III.

Chancelaria de D. Afonso V, Livros I a XXXVIII.
Chancelaria de D. João II, Livros I e XXVI.

FONTES PUBLICADAS

- Chancelarias Portuguesas. D. João I.** (2004-2005). Vol. I: 3 Tomos, (1384-1388), Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Chancelarias Portuguesas. D. João I** (2005). Vol. II: 3 Tomos, (1385-1407), Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Chancelarias Portuguesas. D. Duarte** (1998). Vol. I: 2 Tomos, (1433-1438), Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Chancelarias Portuguesas. D. Duarte** (1999). Vol. II: *Livro da Casa dos Contos*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Chancelarias Portuguesas. D. Duarte** (2002). Vol. III: (1433-1435), Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

ESTUDOS

- ALMEIDA, A. P. G. DE** (1996). *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1462*. Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- BORLIDO, A. P. C.** (1996). *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1463*, Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- BRITO, I. C. M. DE** (2001). *A burocracia régia tardo-afonsina : a administração central e os seus oficiais em 1476*. Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- CAPAS, H.A. R.** (2001). *A chancelaria régia e os seus oficiais no ano de 1469*. Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- CARVALHO, A. E. T. DE** (2001). *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*, Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- COELHO, M. H. DA C.**(2000). A Diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes. In : Coelho, M. H. da C. et. al. (Coord.). *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 13-40.
- COELHO, M. H. DA C. E HOMEM, A. L. DE C.** (1995). Origines et Évolution du registre de la Chancellerie Royale Portugaise (XIII^e-XV^e siècles). In: *Revista da Faculdade de Letras [UP], História*, II série, XII, pp. 47-76.
- Diplomatique royale du Moyen Âge XIIIe-XIVe siècles. Actes du colloque** (1996). Marques, José (Coord.). Porto, Faculdade de Letras.
- DUARTE, L. M.** (1988). Um rei a reinar (Algumas questões sobre o Desembargo de D. Afonso V na segunda metade do século XV). *Separata da Revista de História do Centro de História [UP]*, vol. VIII, Porto, pp. 69-81.
- DUARTE, L. M.** (1999). *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- DURÃO, M. M. DA S.** (2002). *1471- um ano "africano" no desembargo de D. Afonso V*, Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- FERREIRA, E. G. D.** (2001). *1473 – um ano no desembargo do Africano*, Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- FIANU, K. E GUTH, D. J.**(ed.) (1997). *Écrit et pouvoir dans les Chancelleries médiévales: espace français, espace anglais*, Louvain, Louvain-La-Neuve.

- FREITAS, J. A. G. DE** (1996). *A Burocracia do «Eloquente» (1435-1438). Os textos, as normas, as gentes*. Cascais, Patrimonia.
- FREITAS, J. A. G. DE** (2001). *“Teemos por bem e mandamos”: A Chancelaria Régia e os seus oficiais em Meados de Quatrocentos (1439-1460)*, 2 vols., Cascais, Patrimonia.
- FREITAS, J. A. G. DE** (2006). O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrânico na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460). In: *Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. II, Porto, Faculdade de Letras, pp. 497-511.
- HENRIQUES, I. B. C.** (2001). *Os caminhos do desembargo 1472, um ano na burocracia do “africano”*. Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- HOMEM, A. L. DE C.** (1991). *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto: INIC/CHUP.
- HOMEM, A. L. DE C. E FREITAS, J. A. G. DE** (2001). A prosopografia dos burocratas régios (séculos XIII-XV): da elaboração à exposição dos dados. In: Barata, F. T. (Ed.) *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa/Évora: Colibri/CIDEHUS, Universidade de Évora, pp. 171-210.
- HOMEM, A. L. DE C., DUARTE, L. M. E MOTA, E. P.** (1991). Percursos na burocracia régia (séculos XIII-XV). In: Bethencourt, F. e Curto, D. R. (Ed.). *A memória da Nação [Actas do Colóquio]*. Lisboa, Sá da Costa, pp. 403-423.
- PEREIRA, I. DA R., COELHO, M. H. DA C., MARQUES, J. E HOMEM, A. L. DE C.** (1996). *Diplomatique Royale Portugaise: Alphonse IV (1325-1357)*: In: Marques, J. (Coord.) *Diplomatique Royale du Moyen Âge XIIIe-XIVe siècles. Actes du colloque*, Porto, Faculdade de Letras, pp. 133-162.
- MARQUES, A. H. DE O.** (1985). Ementa. In: Serrão, J. (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 362-363.
- MONTEIRO, H. M. M.** (1997). *A chancelaria régia e os seus oficiais : 1464-1465*, 2 vols., Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- MOTA, E. P. DA** (1989). *Do «Africano» ao «Príncipe Perfeito» (1480-1483). Caminhos da Burocracia Régia*, 2 vols., Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).
- SANZ FUENTES, .O. S. Y M. J.** (1996). Corona de Castilla. Documentación Real. Tipologia (1250-1400). In: Marques, José (Coord.) *Diplomatique royale du Moyen Âge XIIIe-XIVe siècles. Actes du Colloque*, Porto, Faculdade de Letras, pp. 239-274.
- SARAIVA, ANTÓNIO JOSÉ** (1985). Zurara, Gomes Eanes de. In : Serrão, J. (Dir.) *Dicionário de História de Portugal*, VI, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 358-359.
- SAYERS, J. E.** (1996). The English Royal Chancery: structure and productions). In : Marques, José (Coord.) *Diplomatique royale du Moyen Âge XIIIe-XIVe siècles. Actes du colloque*. Porto, Faculdade de Letras, pp. 77-114.
- VAZ, V. R. DOS S.** (1995). *A Boa Memória do Monarca*, 2 vols., Porto, FL-UP (dissertação de mestrado, policopiada).